



O ENSINO MÉDIO, ITINERÁRIOS FORMATIVOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL: ENTRE O DITO E O FEITO

HIGH SCHOOL, FORMATIVE PATHS IN THE STATE EDUCATION NETWORK OF RIO GRANDE DO SUL AND THE CHALLENGES FOR INTEGRAL EDUCATION: BETWEEN SAID AND DONE


Maria Raquel Caetano 1
Lisângela Teixeira Lacerda 2

Resumo: *No presente estudo, objetiva-se apresentar aspectos da Reforma do Ensino Médio na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, em especial o que diz respeito à implementação dos itinerários formativos. Nesse contexto, busca-se analisar como ocorreu sua efetivação a partir da pesquisa em uma escola em que é comparado o que foi dito pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (Seduc/RS) com o que foi feito na escola, a partir da compreensão dos professores. Quanto a metodologia, o estudo se caracterizou como descritivo e explicativo, e quanto aos procedimentos, caracterizou-se como bibliográfico-documental. Nas considerações finais apontamos que, entre a proposta idealizada e apresentada pela Seduc/RS e a realidade da escola, em que as políticas ocorrem na prática cotidiana, há contrastes significativos entre o que é dito e o que é feito, trazendo possíveis consequências a almejada formação integral dos estudantes.*

Palavras-chave: *Ensino Médio. Itinerários Formativos. Professores. Formação Integral.*

Abstract: *In the present study, the objective is to present aspects of the High School Reform in the state education network of Rio Grande do Sul, especially with regard to the implementation of formative paths. In this context, we seek to analyze how its implementation occurred based on research in a school in which what was said by the State Department of Education of Rio Grande do Sul (Seduc/RS) is compared with what was done at the school, the based on teachers' understanding. As for methodology, the study was characterized as descriptive and explanatory, and as for procedures, it was characterized as bibliographic-documentary. In the final considerations, we point out that, between the proposal idealized and presented by Seduc/RS and the reality of the school, in which policies occur in everyday practice, there are significant contrasts between what is said and what is done, bringing possible consequences to the desired outcome. comprehensive training of students.*

Keywords: *High School. Training Itineraries. Teachers. Integral education.*

-
- 1 Doutora em Educação pela UFRGS. Graduada em Pedagogia pela Feevale. É professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense-Campus Sapucaia do Sul, no Mestrado ProfEPT-Campus Charqueadas e no PPGCITED – Campus Passo Fundo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8670505772168037>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6973-908X>. E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com
 - 2 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense-Campus Charqueadas. Graduada em Letras pela Ulbra. É professora no Instituto Estadual de Educação Assis Chateaubriant. Charqueadas, Rio Grande do Sul-Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7330763968642794>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9578-0872>. E-mail: lazerdazan@gmail.com
- 

Introdução

As políticas públicas educacionais não são neutras, pois se constituem como um campo de tensão, em que grupos de interesses, por meio de estratégias e de múltiplos processos, tentam influenciar, ressignificar e traduzir o texto das políticas (Mainardes, 2018). Na Reforma do Ensino Médio, no próprio texto da lei e na prática, os sentidos da política podem ser deslocados em torno de seus elementos e grupos específicos. Também, a polissemia e as contradições dos documentos educacionais da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (Seduc/RS), bem como a prática realizada pelas escolas, podem ser entendidas como (re)significação da política, tendo em vista que, entre os documentos apresentados pela Seduc/RS e o que foi realizado pela escola, há uma enorme distância. Nesse sentido, as políticas são atuadas, interpretadas e traduzidas, ou seja, colocadas em ação pela escola, por professores e gestores, a partir de recursos disponíveis e em realidades socioculturais e históricas que afetam sua concretização/efetivação (Ball; Maguire; Braun, 2016).

No contexto sul-rio-grandense, a implantação da Lei 13.415/2017, conhecida como Novo Ensino Médio (NEM), aconteceu no contexto de agravamento da crise educacional na rede estadual, de falta de financiamento público e de investimento em infraestrutura, de baixos salários dos profissionais da educação e, ainda, verificou-se a falta de diálogo com o sindicato e profissionais da rede, atravessadas pela pandemia do covid-19. Passados cinco anos da aprovação da lei, ainda se debate muito pouco, nas escolas, sobre as mudanças estruturais no currículo dessa etapa da educação básica.

A Seduc-RS propôs a organização curricular para educação integral no ensino médio (EM) constituída, nos termos da Reforma, pela Formação Geral Básica e pelos Itinerários Formativos. Esses, por sua vez, são aprofundamentos das áreas de conhecimento que enfatizam uma área focal e outra complementar, dentre as quais os estudantes poderão fazer suas escolhas com foco na realização de seu projeto de vida e por Trilhas de Aprofundamento Curricular e Unidades Curriculares Eletivas, que são unidades curriculares pensadas para aprofundar o conhecimento dos estudantes, a partir de uma investigação dos temas, dos objetos de conhecimento e das áreas que colaboram para a ampliação do conhecimento dos componentes curriculares obrigatórios da BNCC e dos Itinerários Formativos.

A problematização que é proposta neste estudo persegue as seguintes questões: como foi realizada a implementação dos Itinerários Formativos pela Seduc em uma escola estadual no RS? O que a Seduc/RS propôs e o que a escola realizou em relação à escolha dos itinerários formativos? Objetiva-se apresentar aspectos da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul (REMRS), em especial o que diz respeito à implementação dos itinerários formativos e os desafios para a formação integral dos estudantes. Nesse contexto, buscou-se analisar como ocorreu a efetivação do Novo Ensino Médio – Rio Grande do Sul (NEMRS) a partir da pesquisa realizada em uma escola — a qual se optou por chamar de IE (Instituto de Educação) — e da compreensão dos professores sobre os itinerários formativos (IF).

Para dar conta dessas questões, desenvolveu-se um estudo de natureza básica que, quanto aos seus objetivos, caracterizou-se como explicativo e descritivo e, quanto à abordagem do problema, qualitativo, assim como, quanto aos procedimentos, caracteriza-se como bibliográfico-documental. Também, buscou-se ouvir os professores da escola, a partir de entrevistas, em relação aos itinerários formativos no processo inicial que marcou o NEMRS.

O artigo se estrutura em duas seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção aborda “A Reforma do Ensino Médio no RS”; já a segunda seção aborda “A nova organização curricular e a escolha dos itinerários formativos: entre o dito e o possível de realizar na escola” e, nas considerações finais, apontamos que, entre a proposta idealizada e apresentada pela Seduc/RS e a realidade da escola, em que as políticas ocorrem na prática cotidiana, há contrastes significativos entre o que é dito e o que é feito, o que traz possíveis consequências à almejada formação integral dos estudantes.

A reforma do ensino médio na rede estadual de ensino do RS e a nova organização curricular — desafios para a formação integral

O Ensino Médio integra a educação básica no Brasil e é considerado como sua última etapa. Acreditamos que esse nível de ensino deve propiciar uma formação humana integral e omnilateral, entendida como o desenvolvimento total do ser humano em todas as dimensões: a sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica. Na Educação Básica e no Ensino Médio, particularmente, devem ser dadas oportunidades formativas para que os estudantes possam desenvolver essas dimensões, a fim de lhes permitir que elas possam ser desveladas e reveladas, a fim de que possibilitem, a esses sujeitos, estruturar suas escolhas (Ramos, 2014).

Maria Ciavatta defende que a educação deve ser, obrigatoriamente, emancipatória. Segundo ela, “um currículo crítico emancipatório deve proporcionar aos jovens estudantes uma leitura ampliada do mundo e uma preparação intelectual e profissional para atuar e obter meios de vida [...]” (Ciavatta, 2008, p. 54). Nessa perspectiva, os conhecimentos teóricos e práticos são indissociáveis, o que possibilita a superação do caráter dual da educação, que tem acompanhado a constituição do Ensino Médio ao longo da história.

A Reforma do Ensino Médio — através do que expressa formalmente os documentos legais e as reflexões a respeito da Lei Nº 13.415/2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — trouxe consequências para a organização curricular e para a perspectiva de educação integral, separando a formação básica e os itinerários formativos.

Na Rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, a homologação do Referencial Curricular Gaúcho, junto ao Conselho Estadual de Educação (CEEEd-RS), que ajustou o currículo do Ensino Médio com base na reforma, aconteceu em 20 de outubro de 2021. Esse processo encontrou resistência de grande parte dos educadores, de instituições de pesquisa, de estudantes e do Sindicato Estadual dos Professores (CPERS), por ser um documento aligeirado, construído sem ampla discussão com a comunidade escolar e, também, pela inexistência de uma política de Estado para o ensino médio. No documento, além da questão das especificidades regionais estarem ausentes, verifica-se, ainda, o não reconhecimento da Resolução Nº 340/2018, que define as Diretrizes Curriculares para a oferta de ensino médio no RS. Na prática, a proposta se mostrou muito diferente da propaganda, alardeada pelo MEC, que citava a possibilidade de escolha pelo aluno, no sentido de flexibilidade no currículo, mas que, de fato, não foi efetivada. O que se percebeu foram grandes obstáculos para efetivar a implementação do Novo Ensino Médio em 2022. Alguns desses problemas abrangem desde a questão financeira, passando pelos recursos humanos até a infraestrutura. Segundo o CPERS Sindicato (2022):

[...] a rede estadual enfrenta uma falta crônica de professores que não é resolvida há anos, um descontentamento da categoria por conta dos baixos salários, perda de direitos, até questões teóricas, daqueles que desaprovam as mudanças curriculares propostas de forma arbitrária, impostas por uma lei que foi aprovada às pressas em 2017 e, como tantas outras, já nasce fracassada, pois ataca a escola em seu aspecto social fundamental: a formação humana a partir da reflexão e a construção de valores democráticos.

A nova organização curricular da Rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, para atendimento à Lei nº13.415/2017 e às Resoluções CEEEd nº 364 e 365/2021, está composta pela Formação Geral Básica (FGB) e pelos Itinerários Formativos, com matriz curricular de 1.800 horas de FGB, as quais compreendem quinze componentes curriculares obrigatórios das quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A Seduc/RS optou por organizar os Itinerários Formativos em dez temáticas: Cidadania e Gênero, Educação Financeira, Empreendedorismo, Expressão Corporal, Expressão Cultural, Profissões, Relações Interpessoais, Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia.

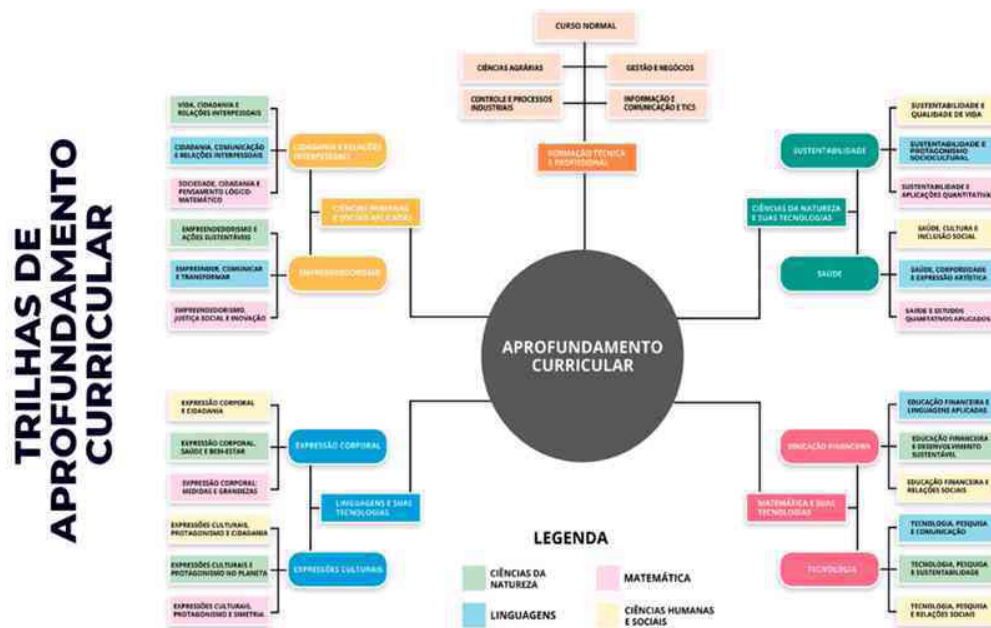
São, ainda, estabelecidos quatro eixos norteadores (Investigação Científica, Processos

Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo) e os itinerários devem passar, necessariamente, por um eixo norteador ou preferencialmente por todos. São, também, apresentadas vinte e quatro trilhas de Aprofundamento Curricular e Unidades Curriculares Eletivas, além de mais quatro cursos: Informática, Administração, Eletrotécnica e Agropecuária, que integram a proposta de oferta do Itinerário de Educação Profissional e Técnica (Seduc/RS, 2022).

Sobre os itinerários formativos, “[...] devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino” (Brasil, 2018, p. 7). Além disso, deve-se levar em conta que essa “[...] oferta de itinerários formativos deve considerar as possibilidades estruturais e de recursos das instituições ou redes de ensino” (Brasil, 2018, p. 8). Isso pode representar, contudo, o aumento da desigualdade educacional dos jovens das escolas públicas. Isso porque, diferentemente das escolas públicas, as escolas privadas podem ofertar todas as possibilidades estruturais e de recursos para ofertarem os itinerários formativos. No entanto, as escolas públicas podem ficar limitadas na oferta de itinerários, a depender dos recursos financeiros e humanos disponíveis em cada instituição, ou seja, na prática, não há livre escolha dos estudantes.

A Secretaria da Educação realizou, no período de 22 de março a 4 de abril de 2022, uma “consulta pública”, em formato digital, aprovada pela Seduc/RS a fim de submeter, à sociedade, a proposta dos Itinerários Formativos para o Ensino Médio, conforme o Referencial Curricular Gaúcho, representada pelo seguinte fluxograma:

Figura 1. Proposta dos Itinerários Formativos para o Ensino Médio Gaúcho



Fonte: Seduc - RS (2022).

Essa proposta de itinerários formativos apresenta uma falsa sensação de livre escolha de itinerários formativos pelos estudantes. Também, a possibilidade de uma formação profissional leva à compreensão duvidosa de qualidade na educação pública e do desenvolvimento integral dos estudantes (Costa; Caetano, 2021, p. 4) — até porque esses estudantes acabam por poder escolher pouco, já que o que se oferece também é pouco.

A proposta dos itinerários formativos também apresenta um discurso de modernização e de inovação difundido pela propaganda do “Novo Ensino Médio”, pois ele passa pela influência de instituições de todo tipo, como: mídia, fundações, institutos, bancos entre outros. A hegemonia empresarial atua na construção curricular e na seleção dos conhecimentos a serem sistematizados no currículo, de modo a apresentar um esvaziamento curricular, ou seja, uma

diminuição da quantidade e da qualidade dos conhecimentos ensinados na escola, o que descaracteriza a escola pública em seus princípios democráticos e, assim, constitui um outro projeto de educação básica muito diferente do proposto pela LDB/1996.

Podemos identificar, pelo *site* da Seduc/RS, as parcerias com instituições privadas, como Sebrae-RS e Senai-RS, Itaú Educação e Trabalho, Instituto Lungo (MG), Instituto Lemann, Instituto Reúna e Instituto Ayrton Senna que operam na constituição do NEMRS, em consultorias de todo o tipo. Sobre o tema, em um jornal local, o subsecretário afirmou que a Seduc/RS pode firmar parcerias para que seja possível o oferecimento de, ao menos, duas trilhas nas 156 escolas que oferecem apenas uma opção atualmente.

Isso poderá ser feito com acordos com instituições do Sistema S (Senai, Sesi, Senac e Sesc). Acordos com escolas privadas também são analisados pela pasta para suprir a necessidade das trilhas de aprendizagem. Marcelo Jerônimo¹ diz que não há um prazo para isso (Coimbra; Zh, 2023).

A falta de condições de implementar uma política dessa envergadura faz com que a rede estadual de ensino do RS, por opção política e ideológica, transfira sua responsabilidade para terceiros.

Na transmissão do evento de abertura do ano letivo de 2022, a “Jornada Pedagógica” — que ocorreu nos dias 7, 8 e 14 de fevereiro, pelo canal do YouTube TV Seduc RS² —, a secretária estadual da Educação, Raquel Teixeira, tratou sobre a implantação do Ensino Médio Gaúcho, sobre a carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos, assim como sobre a estrutura da formatação do novo currículo e as ações previstas para 2022. A nova arquitetura do ensino médio gaúcho³ apresentou, inicialmente, uma carga horária de FGB de 1.800 horas e de 1.200 horas de componentes curriculares da parte flexibilizada pelos Itinerários Formativos. Também, foram apresentadas as ações para o processo de escolha dos itinerários a serem ofertados em 2023 e 2024.

Vale ressaltar que, durante as palestras da Jornada Pedagógica, repercutiu, no *chat* da transmissão ao vivo, o grande descontentamento dos professores em relação à Portaria Seduc/RS 305/2021, por apresentar o retorno à organização bimestral no Calendário Letivo de 2022, que centrava a prática docente na avaliação de desempenhos e no foco em resultados e metas como sinais de qualidade educativa, o que é, no mínimo, questionável.

Com a escolha dos itinerários formativos adiada para 2023, ficaram estabelecidas, na Matriz Curricular para o 1º ano do EM, somente as 800 horas de FGB e as 200 horas de componentes curriculares obrigatórios referentes aos Itinerários Formativos: “Projeto de Vida”, “Mundo do Trabalho” e “Cultura e Tecnologias Digitais”. Os Itinerários Formativos e Aprofundamento Curricular aparecem na proposta para os 2º e 3º anos do Novo Ensino Médio Gaúcho. Conforme pesquisa realizada por Lacerda (2023), sobre o quinto itinerário formativo, técnico e profissional, houve pouca informação, para as escolas, sobre como seria a operacionalização dos cursos em 2022, pois não apareceram na consulta pública. Isso acabou com a expectativa de muitos alunos que imaginavam a possibilidade de escolher uma trajetória formativa profissional, de acordo com o que foi divulgado amplamente pela mídia.

Os professores foram designados pela CRE a ministrarem os “novos” componentes curriculares obrigatórios de acordo com a disponibilidade de cada um na escola, o que ocorreu devido à redução das cargas horárias de Educação Física, Artes, Língua Espanhola, Filosofia e Sociologia, consideradas “estudos e práticas”. No ano de 2023, referente ao 2º ano do NEM, houve a redução de Literatura, História e Geografia e, no 3º ano (2024), não foram ofertadas as disciplinas de Química, Física, Biologia, Literatura, o que fez com que, em 2023, os professores fossem redistribuídos em disciplinas referentes ao Aprofundamento Curricular:

1 Marcelo Jerônimo Rodrigues Araújo é **Subsecretário** de Desenvolvimento da Educação da SEDUC-RS.

2 Ver: JORNADA Pedagógica 2022 [playlist]. Publicado pelo canal de TV Seduc RS. [Porto Alegre], fev. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MAks_ZbMsFo&list=PLMeIOXFEwEDc_g_GcECIFuMGmU69jAf0. Acesso em: 29 ago. 2023.

3 Termo utilizado nas redes estaduais para referir-se ao novo desenho curricular do Ensino Médio a partir da Lei 13.415/2017.

Quadro 1. Matriz Curricular do Ensino Médio Diurno e Noturno

Matriz Curricular						
Ensino Médio - Diurno e Noturno						
	Áreas	Componentes Curriculares	Períodos Semanais			
			1º ano	2º ano	3º ano	
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Arte	-	-	1	
		Educação Física	1	-	-	
		Língua Estrangeira – Língua Espanhola*	-	1	-	
		Língua Estrangeira – Língua Inglesa	2	1	1	
		Língua Portuguesa	4	3	4	
	Matemática e suas Tecnologias	Literatura	2	-	-	
		Matemática	4	3	4	
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ensino Religioso**	-	1	-	
		Filosofia	1	-	-	
		Geografia	2	1	1	
		História	2	1	1	
		Sociologia	-	1	-	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	2	2	-	
		Física	2	2	-	
		Química	2	2	-	
	Carga Horária da Formação Geral Básica	Total de Períodos Semanais (períodos de 50min)		24	18	12
		Carga Horária Anual (horas)		800h	600h	400h
	Itinerários Formativos	Componentes Obrigatórios	Projeto de Vida	2	2	2
Mundo do Trabalho			2	-	-	
Cultura e Tecnologias Digitais			2	-	-	
Iniciação Científica			-	2	2	
Aprofundamento Curricular		Componentes Curriculares da Área de Aprofundamento	-	8	14	
		Eletivas***	-	***	***	
Carga Horária dos Itinerários Formativos		Total de Períodos Semanais (períodos de 50min)		6	12	18
	Carga horária Anual (horas)		200h	400h	600h	
Total de Carga Horária		Total de Períodos Semanais (períodos de 50min)		30	30	30
		Carga Horária Anual (horas)		1000h	1000h	1000h
* Componente de matrícula facultativa: caso o estudante não opte por cursá-lo, a carga horária correspondente deve ser direcionada ao Componente Língua Estrangeira - Língua Inglesa.						
** Componente de matrícula facultativa: caso o estudante não opte por cursá-lo, a carga horária correspondente deve ser direcionada ao componente de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas definido pela escola.						
*** Conforme opções de catálogo de eletivas e critérios definidos para a oferta.						

Fonte: Matriz apresentada na Portaria Seduc/RS Nº 350/2021 (2021).

Os itinerários formativos para o ano de 2022, assim como a nova organização curricular do ensino médio, foram apresentados sem diálogo com as comunidades escolares. Desse modo, eles foram implementados sem que houvesse formação de professores e preparação da instituição. Nesse sentido, apresentou-se os “novos” componentes obrigatórios e suas ementas quase um mês após o início das aulas.

Destaca-se que tem sido reforçada a inserção de itinerários formativos baseados na aquisição de competências instrumentais, desvinculadas das disciplinas escolares referentes à formação dos docentes — que foram formados, academicamente, a partir de conhecimentos e métodos científicos historicamente construídos pela humanidade. Soma-se, a essas colocações, o silenciamento de professores, assim como das equipes diretivas da Seduc/RS e das escolas através de estratégias gerenciais de regulação e dominação.

Tudo isso fere o exercício da docência, de modo que se pode identificar, nos docentes, aspectos relacionados à pressão emocional e ao estresse, ao aumento da carga de trabalho burocrático e às cargas horárias exaustivas em sala de aula, bem como à competição entre professores pelas áreas

de conhecimentos ranqueadas, às ações profissionais mais individualizadas e ao distanciamento das comunidades (Hypólito, 2010).

A escolha dos itinerários formativos: entre o dito e o possível de realizar na escola

A adesão ao Novo Ensino Médio foi realizada conforme as orientações da 12ª CRE/RS (Coordenadoria Regional do Estado), de acordo com a Lei N.º 13.415/2017, e trouxe inúmeras implicações para a formação geral e profissional dos estudantes. Ao final do ano letivo de 2021, o Instituto de Educação, que foi a escola pesquisada, ainda se adaptava ao retorno dos alunos, em meio à pandemia de covid-19, quando recebeu uma nova Matriz Curricular, no início de novembro, com ênfase no ensino de Matemática e Língua Portuguesa, a qual necessitaria da contratação de mais professores nessas áreas de conhecimento. Uma das implicações para formação dos estudantes foi a redução da carga horária de formação geral básica para 1.800 horas, que, anteriormente à reforma, era de 3.000 horas desde 2012, a partir do modelo de EM Politécnico⁴. O restante da carga horária foi composto por dois itinerários formativos que não foram informados no momento da inscrição e da matrícula dos alunos do 1º ano do NEM. Nesse sentido, o “processo de escolha”, pelos alunos, foi realizado no final do ano letivo para a oferta dos itinerários formativos nos anos de 2023 e 2024 (Lacerda, 2023).

Essa mudança também alterou a matriz curricular do Curso Normal ao impactar a oferta do Curso Técnico em Química que a escola oferece. É importante salientar que os alunos que ingressaram no ensino médio até 2021 continuaram seguindo a matriz curricular antiga até o término do terceiro ano, em 2023. A chamada nova arquitetura do novo ensino médio gaúcho foi apresentada na Jornada Pedagógica promovida pela Secretaria de Educação do Estado (Seduc/RS) em fevereiro de 2022:

Figura 2. Nova arquitetura do Novo Ensino Médio Gaúcho



Fonte: Jornada Pedagógica, Seduc/RS, 15/02/2022 (2022).

Mesmo com toda a propaganda veiculada pelo governo federal e estadual sobre o “Novo Ensino Médio”, o setor pedagógico informou que não haveria oferta do quinto itinerário nas escolas coordenadas pela 12ª Coordenadoria Regional de Educação no ano de 2022. Foi enfatizado, na Jornada Pedagógica de abertura do ano letivo, pela Secretária Estadual de Educação, Raquel

⁴ O Ensino Médio Politécnico no RS (2011-2014) tem, em sua concepção, a base na dimensão politécnica e o trabalho como princípio educativo, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania.

Teixeira, que a oferta da Formação Técnica Profissional implicaria parcerias privadas ou públicas (Jornada Seduc, 2022) reafirmadas em 2023, pelo subsecretário. Fávero *et al.* (2022, p. 3) apontam que “[...] os itinerários formativos no ensino médio representam a ilusão da liberdade de escolha dos estudantes, quando sonega saberes essenciais para o pensamento crítico, como, por exemplo, a filosofia e a sociologia”.

De acordo com a Seduc/RS, a escolha dos itinerários formativos ocorreria conforme os *slides* abaixo:

Figura 3. Escolha dos Itinerários Formativos



Fonte: Seduc/RS (2022).


Podemos dizer que os *slides* apresentaram um planejamento ideal, mas gestado fora da escola, que desconsiderava os processos e contextos presentes no cotidiano escolar. Essa proposta não foi combinada com os diretores, coordenadores e professores da rede estadual em sua maioria. Haja vista que a implementação do NEM, na rede estadual, não se constituiu como um processo participativo e, portanto, há poucas informações para os maiores interessados. Dito isso, percebe-se que o que cabe às escolas é colocar em ação o que já foi planejado, a fim de tornar a gestão da escola e os professores, meros executores de tarefas predeterminadas. Mas entendemos que é através das práticas que as políticas são colocadas em ação, em um campo de tensões. Mainardes (2006), ao tratar do tema, diz que a interpretação e a recriação da política, no contexto da prática, produzem efeitos e consequências que podem acarretar mudanças e transformações significativas na política original.

Para apresentar a materialidade na escolha das trilhas que são os Itinerários Formativos propostos pela Lei 13.415/2017, apresenta-se, a seguir, o quadro com os *slides* apresentados pela Seduc/RS, aos gestores, sobre a temática e o conteúdo em questão.

Quadro 2. Slides e conteúdos para a escolha das trilhas de aprofundamento

Nº	Slides analisados	Conteúdo
1	<p>FEIRA DAS TRILHAS DE APROFUNDAMENTO</p> <p>O que é: Feira das Trilhas de Aprofundamento, apresentando as opções de oferta aos estudantes.</p> <p>Atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professores; • Equipe Gestora; • Estudantes; • Pais e responsáveis; • CREs. <p>Objetivo: A ação fortalece as escolas na apropriação das Trilhas e apresenta o catálogo de oferta aos estudantes.</p>	<p>Conceito de trilhas; Objetivo: fortalecer a apropriação das trilhas e apresentar o catálogo de oferta aos estudantes; Quem são os envolvidos.</p>

2	<p style="text-align: center;">ESTUDO DE CONTEXTO</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; background-color: #e0f2f1; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">O que é:</p> <p>Documento elaborado a partir de estudo considerando aspectos de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aderência; 2. Disponibilidade de Espaço Físico; 3. Perfil Docente. </div> <div style="width: 30%; background-color: #e91e63; color: white; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professores; • Equipe Gestora; • CRE. </div> <div style="width: 30%; background-color: #ffe0b2; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Objetivo:</p> <p>O Estudo será realizado de forma autônoma pela escola observando as premissas do Documento Orientador.</p> </div> </div> <p style="text-align: right; font-size: small;">ensino médio Goiás</p>	<p>Documento diagnóstico sobre possibilidade de oferta considerando:</p> <p>Aderência; Espaço físico; Perfil docente; Indica as premissas do documento orientador para o estudo; Quem são os envolvidos.</p>
3	<p style="text-align: center;">PESQUISA DE INTERESSE DOS ESTUDANTES</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; background-color: #e0f2f1; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">O que é:</p> <p>Ranking das Trilhas por escola, identificando as Trilhas de maior interesse pelos estudantes – via formulário online.</p> </div> <div style="width: 30%; background-color: #e91e63; color: white; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestores escolares; • Professores; • Estudantes; • SEDUC. </div> <div style="width: 30%; background-color: #ffe0b2; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Objetivo:</p> <p>A ação irá mapear e subsidiar a Escolha da Oferta de Trilhas na escola.</p> </div> </div> <p style="text-align: right; font-size: small;">ensino médio Goiás</p>	<p>Ranking das trilhas; Identificação das trilhas de maior interesse dos estudantes via formulário online; Mapeamento da escolha das trilhas; Quem são os envolvidos.</p>
4	<p style="text-align: center;">DEFINIÇÃO DA OFERTA DAS TRILHAS PELA ESCOLA</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; background-color: #e0f2f1; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">O que é:</p> <p>A escola escolherá as Trilhas que irá ofertar em 2023, respeitando os Parâmetros de Escolha</p> </div> <div style="width: 30%; background-color: #e91e63; color: white; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora • SEDUC. </div> <div style="width: 30%; background-color: #ffe0b2; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Objetivo:</p> <p>A ação irá mapear as possibilidades de Oferta das Trilhas em 2023, respeitando a o Interesse dos Estudantes e as particularidades da escola.</p> </div> </div> <p style="text-align: right; font-size: small;">ensino médio Goiás</p>	<p>Escolha das trilhas que a escola irá ofertar em 2023; Mapear possibilidades de oferta das trilhas, respeitando o interesse dos estudantes e as particularidades da escola; Quem são os envolvidos.</p>
5	<p style="text-align: center;">PARÂMETROS DE ESCOLHA</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; background-color: #e0f2f1; padding: 5px;"> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">DEFINIÇÃO DA OFERTA DAS TRILHAS PELA ESCOLA</p> <p style="text-align: center;">1. RANKING DA PESQUISA DE INTERESSE DOS ESTUDANTES</p> </div> <div style="width: 30%; background-color: #e91e63; color: white; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">2. TRILHAS DE ÁREA DE CONHECIMENTO DISTINTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das Coordenadorias Regionais de Ensino • Municípios com somente uma escola deverão ofertar trilhas de área de conhecimento distintas. </div> <div style="width: 30%; background-color: #ffe0b2; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">3. QUANTIDADE DE TRILHAS POR ESCOLA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 2 Trilhas ofertadas por escola; • O número de trilhas a ser ofertado pela escola deverá respeitar o Estudo de Contexto, contemplando disponibilidade de espaço físico e perfil docente. </div> </div>	<p>Definição da oferta das trilhas pela escola; Análise das coordenadorias regionais; Quantidade de trilhas em cada escola: mínimo de duas trilhas; Respeitar o estudo do contexto desde que contemple espaço físico e perfil docente.</p>
6	<p style="text-align: center;">PERÍODO DE MATRÍCULA</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; background-color: #e0f2f1; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">O que é:</p> <p>Momento que o estudante efetiva sua Escolha pela Trilha.</p> </div> <div style="width: 30%; background-color: #e91e63; color: white; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudantes; • Equipe Gestora; • SEDUC. </div> <div style="width: 30%; background-color: #ffe0b2; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">Objetivo:</p> <p>A ação oficializará o processo de escolha e irá orientar a criação das turmas para 2023.</p> </div> </div> <p style="text-align: right; font-size: small;">ensino médio Goiás</p>	<p>Efetivação da escolha da trilha pelo estudante; Processo de escolha e criação das turmas para 2023; Quem são os envolvidos.</p>

7	<p>PERÍODO DE MATRÍCULA</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="background-color: #2e8b57; color: white; padding: 5px;"> <p>O que é:</p> <p>A escola deverá divulgar a comunidade a Oferta da Trilha no ano de 2023 considerando o número mínimo de 20 estudantes por turma.</p> </div> <div style="background-color: #800080; color: white; padding: 5px;"> <p>Atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudantes; • Equipe Gestora; • SEDUC. </div> <div style="background-color: #ff8c00; color: white; padding: 5px;"> <p>Objetivo:</p> <p>A ação oportuniza uma possível transferência do estudante caso a escola que ele se matriculou não consiga ofertar determinada Trilha.</p> </div> </div> 	<p>Divulgação para a comunidade da oferta de trilhas para 2023 considerando 20 estudantes por turma; Possível transferência dos estudantes caso a escola não consiga ofertar a trilha; Quem são os envolvidos.</p>
---	---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A Seduc/RS apresentou, de maneira unilateral, os itinerários formativos para o ano de 2022, assim como a nova organização curricular do ensino médio. Desse modo, ambos foram implementados sem que houvesse formação adequada de professores e preparação da instituição. Nesse sentido, apresentou-se os “novos” componentes obrigatórios através de suas ementas, quase um mês após o início das aulas, conforme é proposto pelos *slides* 1 e 2.

A reforma não considerou o contexto social, pois ignorou problemas apresentados pela comunidade escolar, como, por exemplo, a evasão de estudantes em função da pandemia e a necessidade do resgate da aprendizagem perdida no período de isolamento social (conforme *slide* 2). Sem planejamento orçamentário e pedagógico da Coordenadoria Regional de Educação com as escolas da sua região, a equipe diretiva da escola não conseguiu apresentar uma escola mais adequada aos estudantes e aos docentes, com melhor infraestrutura e qualidade pedagógica, como foi prometido na divulgação da proposta pelo governo.

Com a redução de turmas, o aumento do número de alunos por turma e a carga horária reduzida de algumas disciplinas, os professores foram submetidos a ministrarem os componentes dos itinerários formativos sem ter formação específica, sem formação continuada na escola ou sem tempo para o planejamento interdisciplinar que a proposta do NEM exige. Apesar disso, a secretária de educação, Raquel Teixeira, iniciou o ano letivo de 2022 afirmando que o “Novo Ensino Médio é uma realidade”. Entretanto, o que se percebeu dentro da escola foi um sentimento de frustração em vários aspectos. Esse sentimento vem acompanhando o magistério estadual nas últimas décadas, pela descontinuidade de políticas educacionais, através da descontextualização social de reformas isoladas que culpabilizam a escola, os professores e os estudantes pelo fracasso das propostas.

Na prática, o processo de implementação da política foi bem diferente do previsto pela Seduc/RS. A escola realizou uma reunião, no dia 12 de setembro de 2022, com os professores, a fim de orientar como seria a implantação dos Itinerários Formativos em 2023 e a organização da Feira das Trilhas (conforme *slide* 1). A reunião foi polêmica, pois as informações não esclareceram as dúvidas dos participantes e a equipe diretiva alegava não ter recebido informações suficientes para o entendimento da proposta (conforme *slide* 1). Alguns professores se posicionaram contrários à realização de uma Feira de Trilhas da forma como foi proposta, na qual cada área do conhecimento deveria atrair os alunos para, então, serem ranqueadas e passarem a integrar o currículo escolar.

Foi alegado que isso incitava uma disputa entre áreas do conhecimento e, conseqüentemente, entre os educadores. Sobre esse tema, Ivo e Hypólito (2015, p. 369) citando Ball, posicionam-se contrários às avaliações e classificações postas na competição entre grupos dentro das instituições, uma vez que “podem engendrar sentimentos individuais de orgulho, de culpa, de vergonha e de inveja — que tem uma dimensão emocional (status), assim como (a aparência de) racionalidade e objetividade” (Ball, 2010, p. 40).

A Feira das Trilhas (*slides* 3 e 4) aconteceu no dia 15 de setembro, dois dias após a referida reunião, no quiosque do Instituto de Educação, especialmente para os alunos dos primeiros anos do ensino médio. Os docentes ficaram divididos por áreas de conhecimento, em espaços identificados

por *banners*, que representavam as “trilhas” (Ciências da Natureza e suas tecnologias; Linguagens e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Sem tempo para planejamento e organização, a feira resultou em uma exposição de trabalhos realizados pelos alunos, na qual foram utilizados objetos representativos de cada área, como livros de literatura, globo terrestre, mapas, vasos com plantas, aferição de pressão etc., o que despertou pouco interesse dos alunos e não conseguiu sanar as dúvidas apresentadas por eles, ainda que houvesse uma professora que teve a iniciativa de anotar os questionamentos dos alunos.

Após a Feira das Trilhas, iniciou-se um período de votação para escolha dos itinerários formativos para o ano de 2023. Os alunos tiveram dificuldade na votação, visto que não conseguiram fazer a relação entre a área de conhecimento e as “trilhas de ranqueamento” (conforme *slides* 3 e 4). Nesse sentido, “*Ranking*” e “*ranqueamento*” passaram a integrar o vocabulário da educação através do NEM no RS.

Na Feira das Trilhas, os professores enfatizavam as áreas de conhecimento e os componentes convencionais: história, geografia, literatura etc., sendo que, no momento da votação, os estudantes se mostravam perdidos entre tantas opções de trilhas a escolher. Mesmo assim, o resultado da pesquisa das trilhas escolhidas aligeiramente pelos estudantes foi divulgado no dia 19 de outubro de 2022, em reunião com os professores.

Figura 4. Relatório da Pesquisa de Interesse do Estudante no IE

Participação da Escola	
Responderam à pesquisa 61,94%	Não responderam à pesquisa 38,06%

Fonte: Seduc/RS (2022).

Figura 5. Trilhas *ranqueadas* no IE

Trilha	Ranking
07 – Sustentabilidade e Qualidade de Vida	10
06- Empreendedorismo, Justiça Social e Inovação	7
05- Empreender, Comunicar e Transformar	6
14- Expressão Corporal, Saúde e Bem-estar	6
10 – Saúde, Cultura e Inclusão Social	6
22 – Tecnologia, Pesquisa e Comunicação	6

Fonte: Seduc/RS (2022).

De acordo com o Relatório da Pesquisa de Interesse do Estudante (2022), divulgado em reunião dos professores e da equipe diretiva, as trilhas melhores ranqueadas foram Sustentabilidade e Qualidade de Vida, cuja área de conhecimento é: Ciências da Natureza e suas tecnologias; e Empreendedorismo, Justiça Social e Inovação, cuja área de conhecimento envolve as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com a participação de 61,94% respondentes e 38,06% que não responderam à pesquisa (*slide* 5). Somente a partir dessa informação, os docentes puderam conhecer a Matriz Curricular dos dois itinerários formativos escolhidos e os Componentes Curriculares da Área de Aprofundamento correspondentes:

Figura 6. Matriz Curricular das Áreas de Aprofundamento – 2º ano

Disciplinas de acordo com as trilhas 2º ano (2023)

Empreendedorismo, Justiça Social e Inovação		
Direitos Humanos e Cidadania	3	120
Empreender-se e Inovar para a Sustentabilidade	3	120
Estatística Básica	2	80
Total Parcial	8	320
Sustentabilidade e Qualidade de Vida		
Biodiversidade e Interações Sustentáveis	3	120
Noções de Legislação Ambiental	3	120
Impactos Sociais e Socioambientais	2	80
Total Parcial	8	320

Fonte: SEDUC/RS – Instituto de Educação (2022).

O que apontamos desde o início desse artigo se materializou na implantação da política, ou seja, a não participação da comunidade escolar em decisões fundamentais sobre o currículo escolar. Também, podemos perceber a inclusão de oito períodos semanais no 2º ano (2023), e quatorze no 3º ano (2024), compondo a área de Aprofundamento dos Itinerários Formativos no quadro seis.

Muitos professores identificaram o esvaziamento curricular, como, por exemplo, uma redução nas cargas horárias de Química, Física e Biologia. Em contraponto, eles consideraram a oferta de três períodos de “Noções de Legislação Ambiental” desnecessários, o que totaliza 120 h/a na formação desse estudante, que poderia estar recebendo uma formação geral básica mais aprofundada em conteúdos fundamentais das áreas do conhecimento. Essa foi uma das situações de empobrecimento curricular dentre as que foram apontadas pelos docentes. De acordo com as supervisoras pedagógicas do Instituto de Educação, até maio de 2023, a escola não ofertou nenhuma disciplina eletiva.

Figura 7. Matriz Curricular das Áreas de Aprofundamento – 3º ano

Disciplinas de acordo com as trilhas 3º ano (2024)

Empreendedorismo, Justiça Social e Inovação		
Trabalho, Desenvolvimento e Mundo Digital	3	120
Empreender com Responsabilidade Social	3	120
Profissões, Trabalho e Ética	3	120
Matemática Aplicada	3	120
Estudos Quali-Quantitativos em Empreendedorismo, Justiça Social e Inovação	2	80
Total Parcial	14	560
Sustentabilidade e Qualidade de Vida		
Fontes de Energia Sustentáveis	2	80
Ciclo de Vida dos Materiais	2	80
Inovação Tecnológica para a Sustentabilidade	2	80
Projeto Investigativo em Sustentabilidade	3	120
Impactos Econômicos e Sociais do Consumo	2	80
O Direito Humano ao Desenvolvimento Global Sustentável	3	120
Total Parcial	14	560

Fonte: SEDUC/RS – Instituto de Educação (2022).

Quanto à formação docente, os professores não receberam formação específica para ministrarem tais conteúdos e nem material didático para garantir a qualidade desejada, quanto menos condições de promover a interdisciplinaridade e contextualização desses conteúdos, visto que a integração curricular é inviável nas condições existentes, em que a maioria dos professores trabalha em mais de uma escola e não tem carga horária para planejar em conjunto com outros docentes.

Nessa proposta, os professores foram designados a ministrar os “novos” componentes curriculares obrigatórios de acordo com a disponibilidade de cada um na escola, que se deu devido à redução das cargas horárias de Educação Física, Artes, Língua Espanhola, Filosofia e Sociologia. No ano de 2023, no 2º ano do NEM, houve a redução de Literatura, História e Geografia e, no 3º ano, não têm sido ofertadas as disciplinas de Química, Física, Biologia, Literatura. Isso leva os professores a serem redistribuídos em disciplinas referentes ao Aprofundamento Curricular.

Para exemplificar a prática desse processo, um dos procedimentos metodológicos utilizados foi a entrevista. Nela, ouvimos quatro professores que vivenciaram o processo de definição dos Itinerários Formativos no Instituto de Educação e suas percepções sobre a proposta. Eles foram identificados pela letra P, por serem professores, seguido dos números de 1 a 4 para distinguir um e outro.

P1: Na escola tivemos duas reuniões; a segunda, já foi para preparar a Feira das Trilhas, tudo muito rápido [...] senti necessidade de apresentarem como vai ficar a grade curricular, fiquei sabendo algumas coisas por uma colega que tem outra escola que funciona o NEM [...] me chamou atenção o questionamento de um grupo sobre quem daria essas disciplinas novas. A resposta que se teve é que qualquer um pode ou aqueles que tenham mais vontade de trabalhar com projetos. Isso é muito vago (Entrevista P4, Lacerda, 2023).

P2: [...] na CRE disseram que também receberam tudo do dia para noite. Não tem como fazer milagre, a Feira das Trilhas se formou em cima da hora para todas as escolas da região [...] a diretora explicou mais ou menos o que sabia, apresentamos para os alunos, mas na verdade é uma incógnita ainda, a gente não sabe muito bem como vai funcionar. [...] eu vejo um medo, uma concorrência nas trilhas [...] medo da minha área não ser escolhida, de acarretar demissões ou colegas tendo que trabalhar com outra disciplina que não a de formação (Entrevista P2, Lacerda, 2023).

P3: Algumas áreas estão promovendo um tipo de competição para atrair alunos na escolha da trilha. Houve área que trouxe palestrante de fora. Não levou à prática, à reflexão sobre a área escolhida. Essas trilhas foram infelizes na forma como foram colocadas, parece haver competição entre essa e aquela área. Já tive colega quase chorando na minha frente, esses contratados há pouco tempo estão percebendo que a sua carga horária está sendo reduzida e podem perder o emprego. Até porque as disciplinas que estão sendo criadas como Projeto de Vida e Mundo do Trabalho não precisam ter formação para ministrar isso. São disciplinas que uma pessoa que tem Ensino Médio pode dar. Essas questões dessa reforma são infelizes, estão denegrindo muito com a qualidade do trabalho do professor que tem uma formação, uma especialização (Entrevista P1, Lacerda, 2023).

P4: [...] o que me afetou foi diminuir meus períodos [...] me deram Projeto de Vida e Cultura Digital [...] estou trabalhando frustrada (Entrevista P1, Lacerda, 2023).

Os depoimentos dos professores expressaram uma grande insatisfação com a proposta de organização da Feira das Trilhas, que foi realizada às pressas, sem que os docentes se apropriassem do assunto para poderem esclarecer as dúvidas dos alunos. A segunda reunião dos professores sobre os itinerários formativos tinha acontecido no dia 12 de setembro de 2022 e, conforme

mencionado anteriormente, apenas dois dias depois já realizaram a Feira das Trilhas. Os informantes consideraram que a feira não atingiu o objetivo de apresentar as possibilidades de oferta dos Itinerários Formativos aos estudantes, por falta de tempo para estudo e organização do evento.

Consideramos que a falta de uma formação continuada de qualidade leva as equipes diretivas e os professores a se submeterem à realização de práticas que contribuem para uma falsa participação da comunidade escolar e para a alienação do trabalho docente. Há uma preocupação com o cumprimento de registros, de eventos e programas que funcionam como mecanismos de controle. Como destacou Hypólito (2010, p.1346), em sua análise sobre algumas formas de regulação da educação do estado do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI: “O que está sendo experimentado nas escolas é muito próximo do que se poderia chamar de uma autonomia imaginada, despersonalizada, uma docência de resultados confundida com profissionalismo”. Quando os professores tentam resistir, veem-se respondendo às exigências do sistema, já instaurado no contexto escolar (Ivo; Hypólito, 2015).

Durante a reunião de planejamento da Feira das Trilhas, alguns docentes comentaram que perceberam um incentivo à rivalidade entre as áreas de conhecimento, pois colegas estariam competindo para manter, na matriz curricular, os itinerários formativos de suas áreas de formação.

Esses depoimentos comunicam alguns questionamentos subliminares em relação aos desdobramentos da implementação do NEM, como a situação de vínculo de trabalho por contrato temporário, a qual a maioria dos professores estão submetidos, principalmente, pela falta de concurso público para o magistério. Esses profissionais vivem um momento de incerteza quanto à permanência na escola e à necessidade de precisarem trabalhar em outras escolas para preencher a carga horária. Evidencia-se a situação de que os professores já enfrentam cargas horárias exaustivas que comprometem a qualidade da aprendizagem preconizada pelo NEM.

Os excertos de P1 e P2 exprimem o posicionamento crítico dos professores em relação à falta de formação para atuar com os novos componentes e itinerários, pois não existe preocupação com a formação universitária para ministrar componentes curriculares obrigatórios como Mundo do Trabalho e Projeto de Vida, bem como os demais componentes dos itinerários formativos, o que rebaixa o trabalho do professor e a sua formação acadêmica. Assim como aponta Hypólito (2011, p.13),

[...] as formas de controle e regulação impostas a partir desse contexto: [...] introduzem um volume de novos requisitos que o professorado passa a se sentir responsabilizado e culpado pelo seu desempenho, medido e avaliado desde fora do que acontece no seu espaço de trabalho, impelido a obter mais formação e buscar privadamente alternativas para melhorar seu desempenho, como se isso não fosse responsabilidade do coletivo escolar e do sistema de ensino.

Outra situação apresentada foi em relação ao esvaziamento de conhecimentos básicos, que eram valorizados pelos estudantes, mas que foram substituídos por componentes vazios em conteúdo. O Ensino médio que visa a formação dos jovens brasileiros passa a ter uma “formação sem memória histórico-cultural da sociedade brasileira e mundial, implicando na impossibilidade de compreender o mundo atual, com esvaziamento dos conteúdos fundamentais de todas as áreas do conhecimento” (Costa; Caetano, 2021, p. 20), abdicando da formação integral dos jovens. Nesse sentido, aponta-se que isso pode gerar maior desinteresse e a possível desistência dos estudantes no ensino médio.

Considerações finais

Este artigo se originou de uma pesquisa realizada entre 2021 e 2023 sobre o NEMRS. A problematização que foi proposta neste estudo buscou responder às seguintes questões: como foi realizada a proposta de implementação dos Itinerários Formativos pela Seduc/RS em uma escola estadual? O que a Seduc/RS propôs e o que a escola realizou em relação a escolha dos itinerários formativos?

Ponderou-se, neste texto, que entre o que é dito pela Seduc/RS e o que é feito pela escola há a promessa e a fragilidade da livre escolha, segundo desejos e aptidões dos estudantes, e das condições de oferta dos itinerários formativos na escola. Primeiramente, destaca-se o ambiente turbulento em que se iniciou a implementação do NEMRS e, também, o desconhecimento dos gestores estaduais sobre a temática, bem como, conseqüentemente, a dificuldade das escolas estaduais em desenvolver um processo tão complexo e em tão pouco tempo, haja vista que, na escola pesquisada, os professores demonstraram conhecer muito pouco sobre a proposta do NEM e os itinerários formativos.

Por outro lado, a promessa da liberdade da escolha dos estudantes não se cumpriu. Isso, porque, ela foi apenas realizada por meio do preenchimento de um questionário on-line, em que os estudantes manifestavam interesse por um ou outro itinerário que a escola pesquisada poderia ofertar com os professores que dispunha. Sobressai-se o fato de que os docentes participaram de apenas duas reuniões, a respeito da implementação do NEMRS na escola, no período em que foi realizada a pesquisa, nas quais todos afirmaram que tinham muitas dúvidas, assim como que esperavam ter uma formação mais aprofundada para que, depois, atendessem às medidas propostas.

No entanto, o que aconteceu foi justamente o inverso: os professores assumiram os componentes obrigatórios da parte flexibilizada do currículo, sem mesmo saberem quais itinerários a escola iria oferecer e sem receberem orientação ou ementas e objetivos desses componentes curriculares. Com a implementação do NEMRS, os professores tiveram suas cargas horárias em sala de aula ampliadas e assumiram conteúdos que não eram de sua formação acadêmica, devido à redução de disciplinas da formação geral básica da matriz curricular e ao acréscimo dos componentes referentes aos itinerários formativos. O esvaziamento curricular da FGB, gerado por essas alterações, configurou-se como a maior preocupação dos docentes, por ampliar as desigualdades entre as escolas públicas e privadas, de modo a acentuar o dualismo educacional. Em síntese, o aligeiramento na implementação do NEMRS, estrategicamente, evitou o amplo debate e a reflexão sobre a proposta na sua integralidade e limitou a ótica de alguns entrevistados aos efeitos da redução das disciplinas da formação geral básica, sem uma ampla compreensão das mudanças e de seus efeitos na escola pública estadual.

A questão fundamental é a formação dos estudantes em uma proposta que visa oferecer educação intelectual, física e tecnológica, na busca de uma formação politécnica sob a perspectiva da omnilateralidade. Essa formação visa permitir a compreensão dos fundamentos técnicos e científicos dos processos de produção e o acesso às dimensões fundamentais da vida: cultura, ciência e o trabalho (Ramos, 2007), o que é impossível na proposta do NEMRS.

Pode-se dizer que, entre a proposta idealizada e apresentada pela Seduc/RS, e a realidade da escola, em que as políticas ocorrem na prática cotidiana, há um imenso caminho a ser percorrido. Isto é, há contrastes significativos entre o que é dito e o que é feito em relação aos itinerários formativos, uma vez que, em nome da livre escolha e da flexibilidade do currículo, impõe-se, na prática, a impossibilidade de oferta dos mesmos pela escola. Nesse sentido, os contrastes entre os *slides* apresentados aos professores e gestores, bem como o que realmente acontece nas escolas precisa ser analisado, estudado e dialogado, pois o que está em jogo é a formação dos jovens para a vida. Por fim, o que se apresenta é que professores e gestores da escola pesquisada realizaram o possível, dentro dos limites que lhes foram impostos e de acordo com os recursos disponíveis.

Para a realidade que se apresenta, é urgente que as escolas proponham ações contra hegemônicas que favoreçam um projeto de educação emancipatória. Destaca-se a relevância deste estudo, a fim de retratar as primeiras ações e percepções dos docentes em relação à implementação dos Itinerários Formativos, parte da Reforma do EM, imposta pela Lei Nº 13.415/2017, nas escolas estaduais do RS, e por isso, é necessário aprofundar e continuar as pesquisas sobre essa temática.

Referências

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 220 p.

BALL, S. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, [S. l.], v. 35, n.2, 2010, p. 37-55.

BRASIL. **Lei 13.415/17**. Altera as Leis n. 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e n.11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. [Brasília, DF]: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal--152003-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. [Brasília, DF]: MEC, dez. 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

COSTA, M.; CAETANO, M. R. Um novo ethos educacional no ensino médio: da formação integral ao empreendedorismo. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 11, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602021000100312&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2023.

ClAVATTA, M. Formação integrada caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho. *In*: SEED. **O Ensino Médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED-PR, 2008.

COIMBRA, V. Secretaria da Educação estuda parcerias para ofertar ao menos duas trilhas a todos os alunos do Novo Ensino Médio. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2023/06/secretaria-da-educacao-estuda-parcerias-para-ofertar-ao-menos-duas-trilhas-a-todos-os-alunos-do-novo-ensino-medio-cljeruntm00dh01567zh4zahs.html>. Acesso em: 1 set. 2023.

CPERS. Nossa História. **CPERS Sindicato**, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/>. Acesso em: 31 mai. 2023.

CPERS. CPERS realiza Ato Estadual e pressiona deputados pelo reajuste de 14,95% para toda a categoria. **CPERS Sindicato**, Porto Alegre, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://cpers.com.br/cpers-realiza-ato-estadual-e-pressiona-deputados-pelo-reajuste-de-1495-para-toda-a-categoria/>. Acesso em: 31 mai. 2023.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B.; SANTOS, A. P. dos. A ilusão da liberdade de escolha: O problema da “customização” do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2022.

HYPOLITO, Á. M. Políticas Curriculares, Estado e Regulação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 21, n. 38., 2011.

IVO, A. A.; HYPOLITO, Á. M. Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 365-379, maio/ago. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Encontro Nacional Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade, 2021, Paranaguá/PR. **Anais [...]**. Paranaguá: ENICTS – IFPR, 2021. Tema: Implementação do Ensino Médio Gaúcho a partir da Lei Nº 13.415/2017.

JORNADA Pedagógica 2022 [playlist]. Publicado pelo canal de TV Seduc RS. [Porto Alegre], fev. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MAks_ZbMsFo&list=PLMeIOXFewEDc_g

GcECIFuMGMU69jAfO. Acesso em: 29 ago. 2023.

LACERDA, L. T. **A Reforma do Ensino Médio (Lei Nº 13.415/2017) e a Repercussão na Formação Profissional**: a Percepção dos Docentes do I. E. E. Assis Chateaubriand, em Charqueadas, RS. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas. ProfEPT,2023.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-20, 2018.

RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: da conceitualização à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES**, Vitória, v. 19, n. 39, p.15-29, jan./jun. 2014.

RAMOS, M. **Concepção de Ensino Médio Integrado**. In: Seminário sobre ensino médio, realizado pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007, Natal.

RS [Estado do Rio Grande do Sul]. **Parecer CEEed nº. 0003, de 19 de outubro de 2021**. Institui o Referencial Curricular gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica, e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do RS, nos termos deste Parecer. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2021.

RS [Estado do Rio Grande do Sul]. Portaria SEDUC nº 350/2021, 30 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 30 dez. 2021.

RS [Estado do Rio Grande do Sul]. Portaria SEDUC nº 305/2022, 30 de dezembro de 2022. Regulamenta o registro da expressão dos resultados de avaliação de aprendizagem dos estudantes da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2022.

RS [Estado do Rio Grande do Sul]. **Resolução CEEed nº 340, de 21 de março de 2018**. Define as Diretrizes Curriculares para a oferta do Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2018.

RS [Estado do Rio Grande do Sul]. **Resolução CEEed nº. 364, de 15 de dezembro de 2021**. Institui normas complementares para orientar o Sistema Estadual de Ensino sobre os Itinerários Formativos, Parcerias e Notório Saber para a Educação Profissional. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2021.

RS [Estado do Rio Grande do Sul]. **Resolução CEEed nº. 365, de 15 de dezembro de 2021**. Institui normas complementares para oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/20125528-resolucao-0365-2021.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SEDUC. Secretaria de Educação do RS. **Seminário Estadual do Ensino Médio**, II, 2022, [Porto Alegre]. Disponível em: https://ensinomediogaicho.educacao.rs.gov.br/doctos/seminario_EM.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

SEDUC. Secretaria de Educação do RS. Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio - 2011-2014. [Porto Alegre], out./nov. de 2011.

Recebido em 10 de outubro de 2023.

Aceito em 07 de novembro de 2023.